RAÇA, RACISMO, GÊNERO E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

THELMA MARIA DO NASCIMENTO ROCHA

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo investigar as trajetórias de docentes negras e suas relações com a matemática. A mulher que é mais silenciada em diferentes instâncias no Brasil é a negra. Esse silenciamento é familiar, social e cultural, visto que ela é aquela que nasceu para servir, para cuidar, quem é proibida de sentir dor, vaidade ou de ter sonhos, visto que, a educação não foi direito da população negra e dessa maneira ela sofre, duplamente, por nascido mulher e negra. Quando a mulher tem acesso à educação não significa que essa trajetória seja fácil. E ao optar pela carreira docente, também encontra obstáculos e desafios, especialmente com a matemática, porque, o número de professoras negras é quase nulo, no ensino superior. Para compreender esse fenômeno foram realizadas entrevistas com três docentes negras licenciadas em matemática e analisadas à luz do racismo estrutural e racismo institucional, baseado em Almeida (2018). Os resultados apontaram que desde a educação básica a menina/mulher negra sofre com o preconceito e o racismo velado e explicito dentro dos espações de formações acadêmicas, por ser pobre e negra. A entrada e premência no ensino superior, em especial, a primeira graduação, não é fácil para mulheres negras e a família e amigos são a base de apoios para elas não desistam. E a escolha pelo curso de licenciatura em matemática nem sempre é decidido de maneira natural ou planeja.

Palavras-chave: Trajetórias de professoras, Negras, Educação Matemática, preconceito, racismo.

Abstract:

This work aims to investigate the trajectories of black teachers and their relationship with mathematics. The woman who is most silenced in different instances in Brazil is the black woman. This silencing is family, social and cultural, as she is the one who was born to serve, to care, who is prohibited from feeling pain, vanity or having dreams, since education was not the right of the black population and thus she he suffers, twice, for being born a woman and a black woman. When women have access to education, it does not mean that this path is easy. And when opting for a teaching career, there are also obstacles and challenges, especially with mathematics, because the number of black female teachers is almost nil in higher education. To understand this phenomenon, interviews were carried out with three black teachers with a degree in mathematics and analyzed in the light of structural racism and institutional racism, based on Almeida (2018). The results showed that, since basic education, black girls/women suffer from prejudice and veiled and explicit racism within academic training spaces, for being poor and black. Entry and urgency in higher education, especially the first graduation, is not easy for black women and family and friends are the basis of support for them not to give up.

Keywords: Trajectories of teachers, Black women, Mathematics Education, prejudice, racism.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a questão do machismo e racismo estruturais, para compreender as causas das dificuldades do acesso das mulheres a cargos de destaque.

Com os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar os racimos no Brasil e como ele se estabelece na educação básica.

2. Averiguar o percentual de jovens negros que são analfabetos ou não concluíram a educação básica, se comparados com os jovens brancos.

3. Analisar políticas públicas de ação afirmativa para entrada dos negros no curso superior.

4. Identificar o percentual de mulheres ingressantes nos cursos de ensino superior e quais elas são mais destacadas.

5. Identificar o percentual de discentes que deram início nos cursos que exigem a maior conhecimento matemático, segundo o Censo de Educação Superior do INEP

Para isso iremos analisar, de início, o Resumo Técnico do Censo Escolar da

Educação Básica de 2019 da Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que foi disponibilizada para a sociedade no ano de 2020, assim, a pesquisa mostra que o Estado de São Paulo, por exemplo, realizou 10 milhões de matrículas nas redes públicas e privadas em 2019 que contemplaram alunos 1º ano do ensino fundamental anos iniciais até o 3ª série do ensino médio, sendo desse total 73,43% estudantes do sexo feminino.

Esses dados apontam assim, que em todo o ensino básico nos deparamos com salas de aula repleta por mulheres, ou seja, o percentual de discentes do sexo feminino é superior ao do sexo masculino, no entanto,

o número de mulheres no mercado de trabalho com cargos de destaque é sutil, como destaca Estevinho que em pleno século XXI mulheres ainda driblam casa, relacionamentos, trabalho e estudo com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Suas jornadas triplicadas, implicam ainda em cobranças estéticas, ficando reservado aos homens o benefício da liberação das atividades domésticas e do espaço privado (ESTEVINHO, 2019, p.107).

Portanto sobra pouco tempo para a mulher dedicar- se aos estudos e, considerando o no campo da educação, segundo Carvalho que fez uma análise o Censo da Educação Básica de 2017, existem 2.078.910 professores no Brasil e destes 81% são do sexo feminino, no entanto nos chama atenção o fato é que do total de 557.541 de professores da educação infantil 96,6% são mulheres, de 761,737 docentes do ensino fundamental anos iniciais 88,9% são mulheres, do total de 764,731 professores do ensino fundamental anos finais 68,9% são do sexo feminino e por fim, o total de professores que lecionam no ensino médio é de 509.794, sendo desses 59,6% do sexo feminino. Fica evidente que o número de professoras está concentrado na educação infantil e no ensino fundamental anos finais, mostrando que o "papel" de cuidar, visto que são crianças pequenas, está atrelado ao fato de serem mulheres.

Carvalho (2018, p. 39), relata que professores que têm nível de escolaridade médio (o ensino médio) estão mais centralizados na educação infantil e no ensino fundamental anos iniciais, deixando transparecer que, como as docentes estão em maior número nesses segmentos de ensino, logos elas também têm menos qualificação superior. Observar-se que, o fato de as mulheres precisarem se dedicar a diferentes e diversos afazeres prejudica, desse modo, o aprimoramento nos estudos, impossibilitando-as de ascender academicamente e por consequência, profissionalmente.

Quando esse olhar é para as pessoas que se declaram negras, ainda segundo Carvalho, o número de docentes é ainda menor, porque, 4,3% dos docentes estão na educação infantil, 4,3% lecionam no ensino fundamental anos iniciais, apenas 4,0% no ensino fundamental anos finais e 3,7% no ensino médio. Identifica- se quanto maior o nível de escolaridade o quão o preto precisa lecionar menor é a quantidade dos próprios, sendo assim, podemos ter um panorama do que iremos encontrar quando pesquisarmos o percentual de docentes negras que lecionam no ensino superior, sendo que, para tal função é necessário no mínimo o título académico de especialização.

A pesquisa será qualitativa com analise bibliográfica e entrevistas não- diretivas, onde as professoras entrevistadas falaram livremente sobre, como era ser criança negra/parda no espaço escolar, no ensino básico, qual foi o critério para a escolha do curso de graduação, preconceito sofrido no espaço acadêmico, dentre outras.

A busca será por docentes negras de matemática que tenham, uma ou mais, das seguintes características, de formação: Latu Sensu (pós-graduação), Stricto Sensu (mestrado ou e doutorado), já atuou, atual ou tencionam lecionar no ensino superior e identificarem-se como negra, visto que, a identificação racial é de caráter individual.

Para o referencial teórico temos os corredores das Instituições de Ensino Superior (IES), tanto públicas quanto particulares, são tomados por estudantes de pele clara, os brancos, mesmo que no Brasil, segundo IBGE (2019) existam cerca de 54,9% da população que se declaram pretos ou pardos, em 2016 e ainda segundo o

IBGE (2020), o percentual de pretos que cursaram o ensino superior em 2018 foi de 55,6% entre os habitantes pretos, ficando ainda, abaixo do percentual de brancos, que é 78,8% da população jovem, entre 18 à 24 anos. Assim, os negros estão tendo acesso ao ensino superior em relação aos seus semelhantes, no entanto, continuam atrás das pessoas que, se comunicam, brancas do país, não existindo, desse modo, a ocupação equivalente com o percentual existente de pessoas pretas e pardas do Brasil, então, concluímos que

infelizmente, o ensino superior brasileiro é excludente e, apesar das políticas de cotas terem funcionado para minimizar o problema, a questão do acesso às populações da raça/cor preta e parda ainda está longe de ser resolvida. Apenas 14,7% dos jovens entre 18 e 24 anos que se autodeclaram pretos e 11,7% dos que se autodeclaram pardos estão matriculados em uma graduação (SEMESP, 2020, p.34).

De modo igual, as negras nos últimos anos estão ocupando os diferentes espaços acadêmicos, mesmo que um pequeno percentual. Nas últimas décadas tiveram iniciativas tentando diminuir os impactos que a escravidão e a falta de políticas públicas para inserir os negros na sociedade sejam examinas, no entanto, o número de docentes negras do ensino superior aproxima- se dá inexistente:

Atualmente, na educação básica e superior há um expressivo número de mulheres não negras no exercício da docência, no entanto, quando se analisa o cenário do ensino superior percebe-se uma separação sexista em função das áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, quando se refere às mulheres negras, o cenário é quase inexistente (SOARES e SILVA, 2018, p. 2).

Com isso percebe-se que as mulheres negras do Brasil têm um percurso importante a ser desenvolvido para alcançar a docência no ensino superior e se tornarem uma parte

significativa nas IES, mesmo havendo cerca de 1.687.367 matrículas em licenciaturas em 2019, segundo o INEP (2019).

Trazendo os fatos para licenciatura em matemática, segundo o Semesp (2020) estudos mostram que em 2018, foram realizadas cerca de 62.408 matrículas e que as mulheres ocupam 57% das vagas da educação no ensino superior, assim, as mulheres são maioria no ensino superior brasileiro. De acordo com o Censo da Educação Superior do Inep, elas ocupam 57% das vagas do país. Não importa a modalidade (presencial ou EAD), turno (noturno ou diurno) ou rede (pública ou privada), as mulheres ocupam um maior número de vagas na graduação do que os homens. Nos cursos de Licenciatura, por exemplo, elas ocupam 71,3% das vagas. Nos cursos de Bacharelado, esse número é de 54,9%. Nos cursos da área de Saúde e Bem-Estar, elas são 72,1% dos estudantes. Elas também são maioria na área de Ciências Sociais, Jornalismo e Informação. Entre os 20 cursos com maior número de alunos, as mulheres são predominantes em Pedagogia (92,5%), Serviço Social (89,9%), Nutrição (84,1%), Enfermagem (83,8%), Psicologia (79,9%), Fisioterapia (78,3%), entre vários outros. Entre as exceções estão os cursosde Sistemas de Informação e Engenharia Mecânica, com apenas 13,8% e 10,2% de estudantes mulheres, respectivamente. [...] (SEMESP, 2020, p.32).

Os dados apresentados mostram que as mulheres, mesmo ocupando o maior percentual nas IES, não dominam cursos que não tem uma ligação intensa com a matemática e que são cursos que exercem cuidados com os demais, como pedagogia, enfermagem, serviço social, dentre outros.

RAÇA, RACISMO GÊNERO E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

A partir daqui faremos um breve apontamento sobre os conceitos de raça e racismo de maneira não disjuntas, visto que, "a raça é filha do racismo, e não sua mãe" (COATES, 2015, p.18), em que a concepção do racismo foi criado pela raça, dessa forma, essas não podem ser tratadas sem coexistência, ou seja, em diferentes momentos.

Conversaremos, também, a respeito das terminologias popularmente usadas para se referir aos descendentes originários dos Africanos, o qual foram trazidos para o Brasil na condição de escravizados, e que foram abandonados após a "libertação" desses, sem políticas de ações afirmativas para inseri-los na sociedade brasileira. Tais descendentes receberam diferentes nomes, sendo identificados de acordo a cor da sua pele como: mulato, pardo, negro, preto e afrodescendente, o qual o racismo foi influenciador.

Teremos, assim, que nos aprofundar e buscar entender a concepção de raça o qual é o suporte para o entendimento racista e que se principiou no conceito de distinção entre as raças, no entanto é apenas uma das diferentes particularidades das pessoas, além do mais, segundo Coates (2015) o racismo possui ânsia de infligir particulares intensamente próprios às pessoas e logo ridicularizá-las, desprezá-las e prejudica-las, portanto, podemos expressar, além disso que, "O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea" (ALMEIDA, 2018, p. 16), no qual, o próprio alimenta-se da incongruência que, existe aquele que nasce para oprimir e aquele que deve aceitar a opressão por ser de uma raça "inferior".

Discutindo o termo raça, Almeida (2018), aponta que,

a raça não é um termo estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça há sempre a contingência, conflitos, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim a história da raça ou das raças é a história da Constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2018. p.19, grifo do autor).

O assunto de raça e racismo, não foi constituído nas sociedades contemporâneas, uma vez que, segundo Sant'Ana (2016), desde a Grécia Antiga, aqueles que constituíam raças diferentes eram considerados bárbaros e esses eram tidos como uma raça inferior e deveriam se subordinar aos Persas. Podemos observar que a segregação racial não é algo dos tempos atuais e que isso trouxe grandes transtornos para a humanidade. Dessa maneira

o racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata através da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e opressor. O racismo entre os seres humanos foi surgindo e se consolidando aos poucos

[...] (SANT'ANA, 2016. p.42).

Com essa atitude, os

fundamentos "doutrinários" e "científicos" do racismo – Foi na Idade Média que se deu uma forte discussão a partir dos intelectuais ligados à Igreja Católica Romana a respeito da superioridade, de uma raça sobre a outra, lançando as fortes bases do racismo moderno (SANT'ANA, 2016. p.44).

Revela-se então, que o racismo da maneira existente é influência europeia, onde "Se constitui, portanto, a ideia do branco como norma e o não branco como o "outro" (TEIXEIRA; OLIVEIRA; CARRIERI, 2020. p.49), deixando-os como padrão a ser seguido e impondo como modelo os seus hábitos alimen-

tares, costumes, crenças religiosas, músicas e danças populares, a título de exemplo, para diferentes sociedades, sendo desacreditado um mestiçamento. E quando isso ocorria, nascia uma terceira raça, que por sua vez, era menos aceita.

Ainda segundo Sant'Ana (2016), o racismo se foi firmado no século XIX e a igreja católica opõe-se contra o tráfico de escravos, mas não contra a escravidão. Posto isso,

> o século XIX foi o da consolidação das doutrinas racistas. Em 1815, as nações colonialistas – Inglaterra, França e Alemanha – reuniram-se em Viena para repartir o mundo conhecido da época. Neste encontro nada se falou sobre o tráfico de escravos. O representante do Papa, presente ao encontro, calou-se para não prejudicar os países majoritariamente católicos e praticantes da escravidão negra (SANT'ANA, 2016. p.47).

Mostra-se assim, a sistematização existente por trás do racismo, a consolidação da construção social das pessoas de pele branca e como o respeito não era para com as vidas dos negros, ou ainda, com o direito, natural, dos negros a humanização, posto que, esses eram comparados com animais, sendo vistos como "aqueles que nasceram para servir" e não poderia se sobrepor ou se igualar a soberania branca. Mostrando que o "racismo é, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje" (ALMEIDA, 2018. p.23, grifo do autor), sendo a raça a fundamentadora, que priva os negros e negras do lazer, educação, cultura, mercado de trabalho e suas vidas, sendo esses, inclusive, os que mais morrem de causas não naturais no Brasil (IBGE, 2019).

Podemos salientar, ainda, as diferenças entre o preconceito racial e a discriminação racial, pois segundo Almeida (2018, p. 25), o primeiro apoia-se no estereótipo do ser pertencente a um grupo que foi racializado, podendo esse sofrer ou não com as práticas discriminatórias como por exemplo conceituar os negros como pessoas violentas, ou pouco confiáveis, ou até mesmo os orientais, que são "facilmente" considerados como pessoas nascidas para as ciências exatas. Tais considerações sobre um determinado grupo de pessoas, são amostras de preconceitos que se direcionam pela raça do indivíduo. Observa-se que não há respeito ou consideração a trajetória de vida das pessoas ou o meio social onde estão inseridas e sim o simples fato de pertencer a um determinado grupo étnico.

O segundo ponto, para o autor, trata-se quando existe uma diferenciação do acolhimento à componentes dos mesmos grupos, considerando sua raça, de maneira injustificada, tendo como fundamento o poder, significando assim, a oportunidade do uso da rigidez, porém, não garante ter vantagens ou desvantagens por atribuição da raça, ou seja, é exercício do preconceito e do racismo. Explicando então, que existem, ainda, a discriminação direta e indireta.

A discriminação direta é aquela que se torna visível na não aceitação de pessoas de diferentes grupos raciais em diversos locais ou países, sendo isso de maneira clara e visível para todos. Já a discriminação indireta, ocorre em um grupo, pequeno, o qual sofre com regras que são impostas e que neutralizam sua raça, ou seja, não é óbvia, porém ocorre em diferentes camadas da sociedade. Partindo dessas considerações, definimos que o racismo é organizado e estruturado para manter, aqueles que não são das classes dominantes, em lugares estáticos, privando- os de oportunidades igualitárias, para que esses não sejam libertados dos títulos de servidão posto por um sistema opressor.

O racismo faz parte do cotidiano das pessoas e frases como: "Acho linda a cor da sua pele!", "Queria ser da sua cor!", "Você consegue pentear esse cabelo?", ou

> "O bom é que se você for à praia não precisa se preocupar em passar protetor solar, porque você já está queimada(o) naturalmente". E até mesmo as chacotas, como

> "negro deveria ter dois dentes, um para sentir dor e o outro para abrir garrafas", "a única coisa bonita que negro tem são os dentes. São bem branquinhos!". Essas falas, indicam o quanto o racismo está enraizado na sociedade, o que nos mostra que, dizer que não é racista, vai além de ter amigos, funcionários ou ser casado(*a*) com pessoas negras. Para Ribeiro (2019) "É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre" (p. 14). Dessa forma, se faz urgente a conscientização das pessoas para desnaturalizar o racismo rotineiro.

Porém, para entender que os racismos existentes no país iremos nos atentar que, não é segredo que o Brasil foi constituído em cima de violências contra os indígenas, que foram exterminados, e pela barbárie como os escravizados eram tratados desde o seu sequestro, de seu lugar natural. Com isso, neste trajeto e permanência segundo Almeida (2018), existem três tipos de racismo consolidados, o individual, o institucional e o estrutural.

Portanto, racismo individual:

> [..] é concebido como uma espécie de "patologia". Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda, a uma "irracionalidade", a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis - indenizações, por exemplo - ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de "racismo", mas somente de "preconceito", a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política.

Sob este ângulo, não haverá sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. Desse modo, o racismo ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, à educação e conscientização sobre os males do racismo bem como estímulo a mudanças culturais serão as principais formas de enfrentamento do problema (ALMEIDA, 2018. p.28, grifo do autor).

Nessa perspectiva, as pessoas são praticantes do racismo, sendo tais, impositoras de suas normas, mesmo que inconscientemente.

A respeito do racismo institucional, o autor revela que

a concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça.

[...].

[...] a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação. [...].

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, aparência e aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade (ALMEIDA, 2018. p.29 - 31, grifo do autor).

Percebemos a urgência da descentralização dos controles de círculos, que não aceitam relações igualitárias entre diferentes grupos, dado que, no século XXI, com o avanço da tecnologia, as informações e acesso à educação estão se simplificando, não sendo mais aceitável a existência de investimentos, capazes de promover a oposição aos direitos básicos que garantam a dignidade e equidade não só da população negra, mas também de diferentes classes que compõem a pluralidade brasileira.

Complementando, Almeida (2018) descreve como racismos estrutural, onde

em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucional, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2018. p. 38 e 39, grifo do autor).

Entendendo por estrutural, aquilo que foi originado e promovido ao longo das décadas, sendo todo e qualquer ato, pensamento ou conceito pré-existente sobre a população negra, que os impeça, os ofende, desqualifique ou os impeça, direta ou indiretamente, de ocupar distintos ambientes que se afastem de práticas que têm pouco reconhecimento ou baixa remuneração.

Nota-se, por exemplo, que as pessoas que frequentam os transportes públicos, são majoritariamente residentes em bairros afastados dos grandes centros comerciais, se aglomerando para chegar aos seus locais de trabalho. No entanto nos finais de semana, não é comum encontrarmos essas mesmas pessoas sendo clientes desses espaços, porque seus salários não permitem e muitos desses lugares não os enxergam como clientes que tenham o potencial de compra. Aqui entendemos que o racismo supõe que o negro não tem dinheiro e quando tem, tal veracidade é contestada!

Esclarecemos que, as funções mal remuneradas, ocupadas geralmente por pessoas negras, não são humilhantes ou motivos de vergonha, porém é preciso lutar para melhorias na nas vidas das pessoas, começando pelo acesso e permanência aos espaços educacionais, espaços que possam despertar a consciência de classe/raça, e onde suas vozes sejam ouvidas e aceitas, para que se efetive a representatividade e a desconcentração do conhecimento no poder de um único grupo racial.

Quando os Portugueses chegaram, ao lugar que logo mais se chamaria Brasil, existiu um acentuado grau de miscigenação que constitui a população do país, de acordo a cor da sua pele, desse modo, foram estabelecidas terminologias como mulato, moreno, pardo, dentre outras.

Com isso, segundo Priberam Dicionário (2021), mulato significa, dentre outros, "Que ou quem nasceu de mãe branca e pai negro ou de pai branco e mãe negra", no entanto, segundo Silvia (2018), os movimentos

negros buscam mostrar a palavra em duas definições:

1) linguístico - derivação de 'mulus', do latim, atualizado para 'mula', o animal que surge da cópula de duas raças diferentes - o asno e a égua, que, no século XVI, derivou-se na América hispânica para 'mulato' como uma analogia ao caráter híbrido do animal considerando uma raça inferior já que não possui a possibilidade de reprodução; e 2) cultural - A falsa impressão de democracia racial que há nos países, associando a representação da mulher negra ou mestiça através do corpo branqueado e hipersexualizado (SILVA, 2018. p. 77).

Ou seja, duas raças "puras", a composta pelos brancos e outra pelos negros (mesmo inferiorizados pela supremacia branca), aos se relacionarem, criavam uma prole, ainda mais desqualificada. Assim surge a terminologia mulato, que deprecia a descendência Africana brasileira, quando pensado na literalidade da palavra, além de simular democracia entre as raças, pois um branco de pele clara e um branco de pele escura, não estão no mesmo nível ao sofrerem com o racismo, além da transformação dos corpos em objetos sexualizados.

Dessa maneira, a nomenclatura parda é usada por pessoas que se identificam como a "mistura" das raças, não se consideram nem branca ou preta, popularmente morena/moreno, porém essa é igual ao mulato e consequentemente, Significados (2016) afirma que,

pardo é o mesmo que mulato, cafuzo ou caboclo, ou seja, uma pessoa com diferentes ascendências étnicas e que são baseadas numa mistura de cores de peles entre brancos, negros e indígenas.

O pardo é um dos cinco grupos de cores étnicas que compõem a população brasileira, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, juntamente com os brancos, pretos, amarelos e indígenas [..] (SIGNIFICADOS, 2016).

Dessa maneira Souza e Bressanin (2019), explicam que

pardo é significado no campo tanto da mistura de cores, como da mistura inter-racial, da mestiçagem, mas é sempre associado a sentidos de indefinição, pois as misturas que o constituem não culminam em um resultado único e acabado, mas sempre associado a imprecisão, variando entre o

"branco e o preto", "o amarelo e o marrom", o "acinzentado", o "acastanhado", o "mulato", o "trigueiro" ou o "moreno". Sempre que os dicionários apontam para a mistura inter-racial, mencionam "branco e preto", não especificando a mistura destes com outros grupos étnicos, como o indígena, por exemplo (SOUZA E BRESSANIN, 2019. p.80).

Por isso identificar-se como pardo é ir além da mistura entre pretos e brancos, porque o indivíduo precisa entender a constituição da sua ancestralidade, no entanto, há a liberdade de nomear-se da melhor maneira que lhe achar conveniente. É uma demanda identitária.

Temos ainda o termo negro, que nos recentes anos tem-se expressado e escrito acerca desta palavra, uma vez que sempre foi usada de modo insultuoso, como se a negritude fosse algo nocivo e tentando-o associá-lo a tudo que é ruim. Expressões, como: denegrir, lista negra, humor negro, peste negra, dentre outras, formam a linguagem dos brasileiros foi construída ao longo dos anos, entranhadas no vocabulário cotidiano, sendo repassadas espontaneamente, contudo, sem a devida reflexão da sua origem ou seu significado.

Para educar a sociedade com relação a diferentes palavras, que foram iniciadas no tempo da escravidão, a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS), que busca diminuir o discriminação no Brasil, lança mão de um modelo que objetiva informar os cidadãos para algumas palavras usadas no dia a dia, que menosprezam e desprezam os pretos e seus conhecimentos, estando entre elas a palavra, denegrir, que, "possui raiz no significado de "tornar negro", como algo maldoso e ofensivo, "manchando" uma reputação antes "limpa" (SEJUS, 2020. p.22.), ou ainda "Negra(o) de traços finos/ beleza exótica/ negra (o) bonita (o)", que se assemelha ao sentido do branqueamento, onde trata-se o que está afastado da proporção eurocêntrica como atípico, ou a beleza mais perto a estética como bonita, subjugando, que o fenótipo da pessoa negra não é bonito ao ser comparado aos europeus, visto que estes impõem a margem para comparações.

Seguindo, o preto também não foge da ligação de fatos que depreciam os

indivíduos da cor, pois as frases: "a coisa está preta", "disputar a nega", "serviço de preto", "só poderia ser coisa de preto", dentre muitas, contribuem para isso. Sendo que, tanto o negro quanto o preto estão intimamente ligados e foram construindo em um mesmo nível de desfavorecimento da raça, com associação as expressões racistas.

Avançando, temos o Afrodescendente ou Afro-brasileiro, no entanto é pouco usado entre os brasileiros e sua pronúncia repercute de maneira estranha, pois esse é entendido como o estreitamento racial, devido a pluralidade existente no Brasil.

Falar sobre afrodescendência, brasileira, torna-se difícil, porque todos aqueles que nascem com pele escura não são somente descendentes de Africanos, pois, na sua formação genética e social tem traços de indígenas e europeus.

Pensando nesta construção, o termo

negro, para os brasileiros, é aceito sem maiores problemas e não é pejorativo quando relacionado com as características físicas ou culturais das pessoas, isso só acontece quando as palavras (negro e preto) são utilizadas para menosprezar ou buscar ofender, com frases, já mostradas nesse trabalho. Com isso, o fenótipo da população negra, e classificar todos que fogem da aparência branca como afrodescendentes, carrega, mais uma vez, uma questão identitária.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), IBGE (2019), a educação pública é responsável por cerca de 74,7% das matrículas no Brasil, na educação básica, sendo essas, desde a creche ao ensino médio. As escolas públicas são espaços que adotam a população, em sua maioria, periférica, que por sua vez é a população negra, sendo que a representatividade do Estado é majoritariamente composta por tais pessoas, como analisado anteriormente, IBGE (2019) existam cerca de 54,9% da população que se declaram pretos ou pardos, em 2016.

Segundo o IBGE (2020), em 2019, fazendo um comparativo entre brancos e negros: 3,6% dos indivíduos acima de 15 anos de cor branca eram analfabetos, percentual que se eleva para 8,9% entre pretos ou pardos, enquanto aos maiores de 60 anos, o analfabetismo dos brancos alcançou 9,5% e, entre as pessoas negras, aproximar-se de 27,1%. O mesmo estudo aponta que a metade das pessoas acima de 25 anos não concluíram o ensino médio, Almeida (2018), explica que "pessoas negras, por fatores históricos, têm menos acesso à educação", (p.48). Nesse caso,

> o atraso ou abandono escolar atingia 12,5% dos adolescentes de 11 a 14 anos e 28,6% das pessoas de 15 a 17 anos. Entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 11,0% estavam atrasados e 63,5% não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório (IBGE, 2020).

Exibe que, quando o estudante vai avançando na escolarização, existe uma diminuição nas salas de aulas aos longos dos anos letivos e o quanto os jovens negros são maioria entre os menos escolarizados. Contudo, o senário complica-se quando eles passam do ensino fundamental para o ensino médio.

O marco do abandono precoce à escola se dá aos 15 anos: nessa idade, quando em geral se entra no Ensino Médio, o percentual de jovens quase dobra em relação à faixa etária anterior, passando de 8,1%, aos 14 anos, para 14,1%, aos 15 anos. Os maiores percentuais, porém, se deram a partir dos 16 anos, chegando a 18,0% para pessoas com 19 anos ou mais (IBGE, 2020).

Quando considerando a cor/raça, segundo IBGE (2020), 71,7% dos negros não completaram alguma etapa da educação básica, seja por abandono escolar ou nunca terem frequentado. Porém outros motivos, existem como:

> [...] a necessidade de trabalhar, apontada por 39,1%, seguido pelo não interesse (29,2%). Para os homens, 50% disseram precisar trabalhar e 33% relataram não ter interesse. Para as mulheres, o principal motivo foi não ter interesse em estudar (24,1%), seguido de gravidez e trabalho (ambos com 23,8%). Além disso, 11,5% das mulheres elegeram realizar os afazeres domésticos como principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens este percentual foi inexpressivo (0,7%).

Então, os dados salientam que as classes populares se distanciam dos espaços acadêmicos, por motivos que estão entranhados na sociedade e isso reflete diretamente em seus ganhos e condições de vida, porque, "estão alocadas em trabalhos menos qualificados e, consequentemente, mal remunerados" (ALMEIDA, 2018. p. 48). Ainda, segundo Almeida (2018), os "indivíduos pertencentes a grupos minoritários recebem salários menores e estão mais expostos a trabalhos insalubres ou precarizados" (p.81). "Se pessoas negras são discriminadas na educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho" (p.123).

"Percebendo a inferiorização dos negros no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros passaram a incluir em suas demandas reivindicações no aspecto educacional ao Estado Brasileiro" (RODRIGUES, 2021. p. 28), entretanto, isso precisa estar continuamente em pauta, sendo relembrado e cobrado, por tais movimentos e intelectuais negros, visto que, a educação tem a função social de desenvolver cidadãos conscientes, críticos, entendedores das diversidades e participantes ativos, para que busquem a extinção dos diferentes racismos, já citado outrora.

A intelectualidade negra é comprometida, porque,

> não podemos perder de vista que entre os principais entraves ao desempenho do negro brasileiro na sociedade brasileira destaca-se a inferiorização deste na escola. A raiz dessa desigualdade secular estaria localizada na pré-escola. O sistema escolar tem sido estruturado para a perpetuação de uma ideologia sócio-político-econômica que, junto com os meios de comunicação social, mantém uma estrutura classista, transmissora de valores distorcidos e individualistas. Primeiro, são os livros didáticos, que ignoram o negro brasileiro e o povo africano como agente ativo da formação geográfica e histórica. Em

segundo, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal. A ideologia subjacente a essa prática de ocultação e distorção das comunidades afro-descendentes e seus valores têm como objetivo não oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma auto-imagem positiva, nem dar referência à sua verdadeira territorialidade e sua história (ANJOS, 1989 apud ANJOS, 2005, p.174).

A negligência e a busca para exterminação dos negros pelo Estado fracassaram, como afirmam Hüning, Silva e Netto (2020), e com isso, tentaram o branqueamento da população, por meio de projetos de leis que bloqueavam a entrada dessas pessoas no país. Porém, isso não foi adiante, porque era tomado como ofensivo para a época, no entanto, com a chegada dos europeus, a população negra despareceria na concepção dos governantes. Com essa tentativa, dentre outras, muitos direitos não formam atribuídos aos negros, incluindo a educação.

É preciso entender que,

quando as fábulas tornaram-se insuficientes para explicar as diferenças, outras explicações foram engendradas, assim, no século XVIII, principalmente por meio da craniometria, isto é, da medida de crânio, resultados de pesquisas cientificas tornaram- se os principais elementos em favos das discriminações raciais e sexuais (COSTA E DOMINGUES, 2005. p. 49).

De tal modo que,

Gould (1991) relata que, seja por meio de inclusões ou exclusões de amostras, de erros de cálculos e omissões convenientes, ou mesmo de uma subjetividade orientada para a obtenção de resultados pré-concebidos, principalmente cientistas dos Estados Unidos da América "provaram" que era possível saber quais eram as raças humanas mais inteligentes. Na escala de inteligência que conceberam, os brancos estão acima, os índios no meio, e os negros abaixo. Entre os brancos, os teutônicos e os anglo-saxões foram considerados os mais inteligentes, os judeus no meio, e os indianos, no seu ponto de vista, eram os brancos menos inteligentes (COSTA; DOMINGUES, 2005, p. 50).

Com isso, a ciência contribuiu para conjecturas, onde, os negros não tinham aptidões para aprender e isso se proliferou nas escolas e nas salas de aulas, até o presente momento. Segundo Silvia (2005) os professores têm poucas expectativas com estudantes negros por pertencerem as camadas populares, tendo isso internalizado porque os negros eram considerados pouco inteligentes, algo que foi divulgado em diferentes meios de comunicação e na literatura, desenvolvendo nos negros e não-negros a dúvida da capacidade intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As IES não desenvolveram nenhum projeto para que as professoras continuassem estudando, como auxilio psicopedagógico, oficinas de formação para professores, promoções em cursos de extensões em cursos de férias, programas de estágios remunerados, dentre outras, visto que as instituições podem colaborar para que o estudante conclua sua formação de maneira a sentir-se mais preparados para o oficio da docência.

Dessa maneira, para que possamos ter professoras negras de matemática, com títulos Latu Sensu (especialização), Stricto Sensu (mestrado) e que licenciem no ensino superior é indispensável ter formadores que desenvolvam docentes mais humanos, porque esses são a base para o declínio do preconceito racial e da desmistificação que a matemática é para poucos. As instituições públicas e privadas, precisam desenvolver programas e projetos que venha propiciar o maior percentual de mulheres negras na educação, dando-lhes oportunidades para ampliar a representatividade e pluralidade em cargos de destaques.

Porque o racismo tradicional, o racismo institucional, os preconceitos com os descendestes dos africanos que foram escravizados, no Brasil, "por fatores históricos, têm menos acesso à educação" (Almeida, 2018, p.48) e hoje, certa de 8,9% dos jovens acima de 15 anos, preto ou pardo são analfabetos, e 12,5% dos adolescentes de 11 a 14 anos abandonaram a escola e 63,5% não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório (IBGE, 2020).

É "os estereótipos racistas, tais como a esdrúxula ideia de que negros tem pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um circuito fechado em que a discriminação gera ainda mais discriminação" (ALMEIDA, 2018, p. 123, grifo do autor), instituindo nos jovens negros dúvidas sobre a sua capacidade, também, direcionada para a aprendizagem da matemática, no entanto, segundo Thiele e Lara (2017) ela é central para compreender e preparar para o dia a dia, pessoal e profissional, porque permiti que os estudantes coordenem desafios e os ajuda a entender o papel da matemática na sociedade, assim quando o discente não se desenvolve matematicamente, ele não consegue exercer plenamente a cidadania de maneira crítico.

Dados revelam que, "68,1% dos estudantes brasileiros, com 15 anos de idade,

não possuem nível básico de matemática, o mínimo para o exercício pleno da cidadania" (INEP, 2019). Quando comparado com os países da América do Sul analisados pelo Pisa, o Brasil apresenta os resultados mais preocupantes, empatado estatisticamente com a Argentina, os países Uruguai, Chile, Peru e Colômbia estão à frente (INEP,

2019), assim, as políticas de ações afirmativas, conscientização das pessoas, que o racismo é prejudicial, tanto para os que sofrem quanto para os agridem, se faz urgente no país e isso precisa de acontecer em todos os setores da sociedade, com a valorização das mulheres negras, tendo suas habilidades reconhecidas, tenderiam a diminuir a falta e a desvalorização dessa pessoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é o racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. 191 p. ISBN: 978-85-9530-097-2.

ALVES, Alê. Angela Davis: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela." El País. 27/07/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 8 de ago. 2021.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o Racismo na escola. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 173-184. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

BOALER, Jo. Mentalidades Matemáticas: estimulando o potencial dos estudantes por meio da matemática criativa, das mensagens e do ensino inovador. 1ª ed. Porto Alegre: Penso, 2018, p. 256.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Justiça e Cidadania. O racismo sutil por trás das palavras. 2020. Disponível em:

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rriF8XLDndQJ:https://bibli otecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1188+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl-br. Acesso em: 6 de jul. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Metodologia de Coleta do Censo da Educação Superior. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/- /asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6970659. Acesso em: 29 maio. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 13 nov. 2021.

BRECH, Christina. O "Dilema Tostines" das mulheres na matemática. Departamento de Matemática, Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo.

2017. Disponível em: https://rmu.sbm.org.br/wpcontent/uploads/sites/27/2018/08/kika_final.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

CARMO, João dos Santos; FERRAZ, Ana Claudia Toledo. Ansiedade relacionada à matemática e diferenças de gênero: uma análise de literatura. Psicologia da Educação. São Paulo, 35, 2º sem. de 2012, pp. 53-71. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n35/n35a04.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. Perfil do Professor da Educação Básica. Serie documental relato de pesquisa 41. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira. Brasília, 2018. 67p. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educa% C3%A7%C3%A3o+B%-C3%A1sica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.2. Acesso em: 07 set. 2021.

COATES, Ta-Nehisi. Entre o mundo e eu. Tradução, Paulo Geiger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves; DOMINGUES, Kátia Cristina de Menezes. Educação Matemática, Multiculturalismo e Preconceitos: que homem é tomado como medida de todos os outros?. 29/08/2008. Bolema - Boletim de Educação Matemática,

v. 19, n. 25, p. 45–69. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/1877. Acesso em: 16 ago. 2021.

ESTEVINHO, Glória. Gênero e o BNDES: seria mais um caso de machismo estrutural? Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.5, n.1, p. 101123, jun. 2019. Dossiê Partidos Políticos e Conexões Familiares. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/67661. Acesso em: 04 abril. 2021.

HÜNING, Maria Simone. SILVA, Aline Kelly da. NETTO, Tathina Lúcio Braga. Vulnerabilidade da população negra e políticas educacionais no brasil. Cadernos CEDES, Campinas, v. 41, n. 114, p. 110–119, maio - ago., 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ypZvGwnkc3hNLKCTC4bSQcd/. Acesso em: 16 ago. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. Agência de Notícias. 13/11/2019. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de- noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas- desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece. Acesso em: 29 maio. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - Agência de notícias. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 16/07/2020. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de- noticias/releases/28285-pnad-educacao--2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino--medio. Acesso em: 7 set. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Agência de

Notícias. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. 12/02/2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia- noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a--205-5-milhoes- com-menos-brancos-e-mais--pardos-e-pretos. Acesso em: 11 out. 2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso: 7 ago. 2021.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório Brasil no PISA 2018. Diretoria de avaliação da educação básica DAEB. Brasília- DF. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_ed ucacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

INSTITUTO SAMESP. Mapa do Ensino Superior 10ª edição. 2020. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Mapa-do-Ensino-Superior-2020-Instituto-Semesp.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

PAVESI, Sofia Nunes. Mulheres na matemática: o potencial da escola na desconstrução de alguns estereótipos. Orientador: Prof. Me. Júlio César Augusto do Valle. 2018. TCC. Graduação em matemática, Instituto Superior de Educação de São Paulo, São Paulo, 2018.

PRIBERAM DICIONÁRIO. Mulatos. 2021. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/mulatos. Acesso em: 6 jul. 2021.

ROCHA, Lucilene Candido. Aplicações etnomatemáticas na docência com ênfase a cultura negra. Orientador: Prof. Me. Sílvio De Liberal. 2016. TCC (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores, Instituto Federal de Educação e Tecnologia São Paulo, São Paulo, 28/06/2016. Disponível em: https://pdfcoffee.com/lucilene-candido--rocha-pdf-free.html. Acesso em: 7 set. 2021.

RODRIGUES, Leandra Aparecida Mendes dos Santos. Formação Docente e as Relações Étnico-Raciais: A Literatura Como Instrumento de Implementação da Lei N° 10.639/03 nas Escolas Públicas Estaduais na Cidade de Pires do Rio- Go. Dissertação apresentada ao Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica para obtenção do título de Mestre. Urutaí, fevereiro de 2021 Disponível em:https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1610/1/disserta%c3%a7%c3%a3o _Leandra_Mendes.pdf. Acesso em:15 ago. 2021.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o Racismo na escola. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-68. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SIGNIFICADOS. Significado de Pardo. 09/12/2016. Disponível em: https://www.significados.com.br/pardo/. Acesso em: 7 jul. 2021.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o Racismo na escola. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-38. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. POWELL, Arthur Belford. Microagressões no ensino superior nas vias da Educação Matemática. Revista Latinoamericana de Etnomatemática, v. 9, n. 3, p. 44–76, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274047941004. Acesso em: 11 set. 2021.

ROCHA, Lucilene Candido. Aplicações etnomatemáticas na docência com ênfase a cultura negra. Orientador: Prof. Me. Sílvio De Liberal. 2016. TCC (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Formação de Professores, Instituto Federal de Educação e Tecnologia São Paulo, São Paulo, 28/06/2016. Disponível em: https://pdfcoffee.com/lucilene-candido--rocha-pdf-free.html. Acesso em: 7 set. 2021.

RODRIGUES, Leandra Aparecida Mendes dos Santos. Formação Docente e as Relações Étnico-Raciais: A Literatura Como Instrumento de Implementação da Lei N° 10.639/03 nas Escolas Públicas Estaduais na Cidade de Pires do Rio- Go. Dissertação apresentada ao Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí,

como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica para obtenção do título de Mestre. Urutaí, fevereiro de 2021 Disponível em:

https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1610/1/disserta%c3%a7%c3%a3o_Leandra_Mendes.pdf. Acesso em:15 ago. 2021.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o Racismo na escola. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-68. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SIGNIFICADOS. Significado de Pardo. 09/12/2016. Disponível em: https://www.significados.com.br/pardo/. Acesso em: 7 jul. 2021.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o Racismo na escola. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-38. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. POWELL, Arthur Belford. Microagressões no ensino superior nas vias da Educação Matemática. Revista Latinoamericana de Etnomatemática, v. 9, n. 3, p. 44–76, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274047941004. Acesso em: 11 set. 2021.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes. Educação matemática e ações afirmativas: possibilidades desafios na docência universitária. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 820-846, 2017. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/3986/pdf. Acesso: 18 set. 2021.

SILVA. Liliam Ramos da. Não me chame de mulata: Uma reflexão sobre a tradução em literatura Afrodescendente no Brasil no par de línguas Espanhol-Português. 20/02/2018.Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 57, n. 1, p. 71–88, abr. 2018.

SOARES, Cristiane Barbosa; SILVA, Fabiane Ferreira da. Professoras universitárias negras rompendo a fronteira da invisibilidade. VII SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E

SEXUALIDADE E DO III LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. Anais

[...]. Natal, RN: UFRN, 2018.

SOUZA, Maria Regina de. BRESSANIN, Joelma Aparecida. Quem é pardo no Brasil? Uma análise dos sentidos de pardo nos modos de definir cor ou raça. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, v. 12, n. 2, p. 75–88, 2019. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/4112/3283. Acesso em jul. 2021.

STAKE, Robert E. Métodos de Pesquisa: Estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 257.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; OLIVEIRA, Josiane Silva de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Por que falar sobre raça nos estudos organizacionais no Brasil? Da discussão biológica à dimensão política. Revista Perspectivas Contemporâneas, v. 15, n.1, p.46- 70, jan./abr. 2020. Disponível em: http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/articl e/view/2958/1104. Acesso em: 14 jul. 2021.

THIELE, Ana Lúcia Purper. LARA, Isabel Cristina Machado de. A formação continuada e suas implicações na compreensão da discalculia. Revista Signos, v. 38, n. 1, 26 jul.

2017. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11687/2/A_formacao_continuada_e_suas_implicacoes_na_compreensao_de_discalculia.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.